



Protestos por Moradia em Curitiba e Região entre 2011 e 2015: lutas pela terra e produção habitacional

José Ricardo Vargas de Faria (UFPR) - jrvfaria@gmail.com

Ana Claudia Stangarlin Fróes (UFPR) - caca.s.froes@gmail.com

Anna Carolina Murata Galeb (UFPR) - annacmg@gmail.com

Mayara Vieira de Souza (UFPR) - arq.mayaravieira@gmail.com

Resumo:

A análise do espaço urbano através da complexidade dinâmica que compõe a conflitualidade nos fornece outro retrato das cidades. Além da oportunidade de se compreender os interesses em disputa, a análise dos conflitos possibilita a observação de formas de organização e mobilização social, dos atores políticos e sociais envolvidos, dos tipos de ação coletiva empreendidos e das demandas sociais das populações urbanas. O Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba, integrante da Rede de Observatório de Conflitos Urbanos, além de identificar os conflitos, procura compreender quais são seus desdobramentos e as transformações que produzem na cidade e na política urbana. Nesse trabalho se pretende apresentar algumas análises preliminares sobre as manifestações que tem na moradia seu objeto principal, categorizando os principais agentes mobilizados, os objetos das manifestações, a localização dos conflitos e os repertórios de ação.

Palavras-chave: *Conflitos Urbanos, Movimentos Sociais, Moradia*

Área temática: *GT-09 Organização e Práxis Libertadora: Por uma Crítica à Economia Política da Organização*

Lefebvre (2007) argumenta que cada modo de produção, em conjunto com suas relações sociais de produção específicas, produz espaço e, mais notadamente, seu próprio espaço. No capitalismo, o espaço socialmente produzido contém três níveis articulados de relações: (i) a reprodução biológica (família), (ii) a reprodução da força de trabalho, (iii) a reprodução das relações sociais de produção. Essa articulação, contudo, é contraditória e potencialmente geradora de conflitos, na medida em que opõe dialeticamente o “espaço do consumo” e o “espaço da produção” (ou consumo produtivo do espaço) ao “consumo (não produtivo) do espaço”. Contradições que, segundo Lefebvre (2007), correspondem às que Marx identificou entre as forças produtivas (centralmente Capital e Trabalho) e as relações sociais de produção.

Assim, na forma urbana, predominante no capitalismo, o espaço social é produto e produtor de conflitos entre as múltiplas forças que disputam a sua produção e seu uso (HARVEY, 1982) e é neste espaço, também, que o Estado interfere, reproduzindo formas de dominação e opressão que conformam uma geografia do poder (HARVEY, 2005).

Destarte, uma análise sobre a ação destes atores e dos conflitos decorrentes desta ação auxilia na compreensão da complexidade que caracteriza o urbano. Além da oportunidade de se compreender os interesses em disputa, a análise dos conflitos possibilita a observação de formas de organização e mobilização social, dos atores políticos e sociais envolvidos, dos tipos de ação coletiva empreendidos e das demandas sociais das populações urbanas.

Sendo assim, a análise do espaço urbano através da complexidade dinâmica que compõe a conflitualidade nos fornece outro retrato das cidades. Retrato este composto por diferentes demandas sociais que são substancialmente evocadas e reivindicadas no cotidiano citadino, demonstrando as diferentes “*formas através das quais a cidade expõe sua desigualdade e, mais do que isso: elabora as formas de enfrentá-la*” (VAINER, CAMARA, 2011).

O Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba, integrante da Rede de Observatório de Conflitos Urbanos¹, além de identificar os conflitos, procura compreender quais são seus desdobramentos e as transformações que produzem na cidade e na política urbana. O levantamento de dados dos conflitos é feito a partir das

¹ “Observatório de Conflitos Urbanos do Rio de Janeiro”, desenvolvido pelo Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN) vinculado Instituto de Pesquisa de Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade do Rio de Janeiro

mídias eletrônicas disponíveis, como jornais de grande ou média circulação, além de blogs, televisão e rádio. São consideradas as manifestações que ocorrem na cidade de Curitiba e nos treze municípios que compõem Municípios que compõem o Núcleo Urbano Central (NUC) da Região Metropolitana: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais. Para sistematização das informações foi desenvolvida uma plataforma de registro denominada MapCon, que constitui um banco de dados relacional, permitindo o registro das manifestações e seus múltiplos objetos, agentes envolvidos, repertórios de ação utilizados, locais de origem e manifestação, desdobramentos e conflitos associados.

Nesse trabalho se pretende apresentar algumas análises preliminares sobre as manifestações que tem na moradia seu objeto principal, buscando compreender as dinâmicas dos conflitos sociais por moradia encontrados no território. Os dados utilizados correspondem aos protestos ocorridos em Curitiba e NUC entre os anos de 2011 a 2015. Mais especificamente, o objetivo do trabalho é compreender a partir dos conflitos, quem são os atores (reclamantes e reclamados), os objetos dos conflitos e por fim os tipos de manifestações que derivam desses conflitos. Salientamos que, por questões teóricas e metodológicas já exploradas em outros trabalhos, consideramos os conflitos urbanos como disputas, confrontos ou litígios, manifestos ou não, entre dois ou mais agentes, enquanto as manifestações são suas expressões observáveis, em outras palavras, os protestos ocorridos em espaços públicos.

A escolha do tema da moradia se justifica por constituir um dos objetos centrais de reivindicação dos movimentos sociais e organizações que militam pela reforma urbana no Brasil. Não apenas nos nomes dos movimentos sociais, mas na prática política, nos objetivos e nas ações empreendidas, a luta pelo direito à moradia aparece sempre em destaque nas manifestações públicas e protestos contra despejos ou nas articulações institucionais que incidem sobre legislações e defendem determinados projetos. Como resultado, se observa a incorporação de demandas em diferentes níveis e formatos, a despeito de se verificar, em outros casos, a ausência de reconhecimento, a negação de direitos ou a baixa prioridade com que tais reivindicações são tratadas.

A centralidade desse tema decorre da integração sistêmica da autoconstrução habitacional, associada à irregularidade e à informalidade, na constituição do capitalismo no Brasil. Para Oliveira (2006, p.68), *“a industrialização [brasileira] estava se fazendo, com base na autoconstrução como um modo de rebaixar o custo de*

reprodução da força de trabalho”. Os baixos salários, aliados ao acesso restrito ao mercado imobiliário e à uma disfunção sistêmica na formulação de políticas habitacionais direcionadas à população de baixa renda, fortaleceram a autoconstrução como única alternativa para grande parte da população. A autoconstrução, aceita implicitamente pelo Estado, tornou-se regra no que tange à questão habitacional, dentro do processo de urbanização e produção da moradia no Brasil.

Esta urbanização precária se evidenciou nas mobilizações sociais que passam a ocorrer em resposta à insatisfação da população em relação aos serviços públicos (KOWARICK, 2000). Os espoliados urbanos², personagens inseridos no universo da segregação socioespacial, oscilam entre “*a tragédia cotidiana e a estratégia dos espaços de luta pelo reconhecimento dos direitos de cidadania*” (BARREIRA, 2010, p. 149).

Com relação à questão da moradia, os estudos estatísticos podem nos oferecer informações sobre as incidências de políticas habitacionais, sobre a alocação de recursos públicos destinados à questão e sobre o déficit habitacional à ser superado. Porém, como assinala Bourdieu (2013, p. 186), se considerados somente os estudos estatísticos, as “*relações mais significativas entre as propriedades pertinentes dos indivíduos ou dos grupos*” acabam sendo neutralizadas. Desta forma, o levantamento, o registro, o mapeamento e a análise dos conflitos permitem visualizar as desigualdades que são nomeadas, expressas ou angariadas no cotidiano urbano dos agentes que lutam por moradia. A espacialização destes conflitos no mapa urbano, através do georreferenciamento, nos demonstram em quais localizações os agentes atuam e lutam.

Particularmente no contexto de Curitiba, a análise dos conflitos urbanos por moradia demonstra a divergência entre a realidade e a concepção imagética de “Cidade Modelo” (SÁNCHEZ, 1993; ALBUQUERQUE, 2007; SILVA, 2012), que é ideologicamente cristalizada ao longo do processo de produção e planejamento do espaço.

No período analisado, foram identificados 234 conflitos urbanos, sendo que desse universo 38 tem seus objetos de conflitos ligados à questão da moradia. A partir da leitura das notícias, os objetos primeiramente foram separados, tal como definido

² Espoliação Urbana (KOWARICK, 2000, p.22): é a somatório de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta.

pelos atores e posteriormente foram categorizados. Desta forma, foram encontradas 8 categorias de objetos dos conflitos, como demonstrados abaixo:



Figura 1: Objetos dos Conflitos
Fonte: Os autores, 2016

Cumprido destacar que um conflito pode conter mais de um objeto. No processo de tabulação dos dados, dois grandes temas se destacaram enquanto objeto dos conflitos analisados: a questão fundiária (Remoção/Reintegração de Posse; Regularização Fundiária; Garantia da função social da propriedade) e a produção de moradia (Juros Imobiliários; Aluguel Social; Produção de Moradia Popular; Atraso nas entregas do MCMV).

Conforme pode ser visto na Figura 2, entre os agentes que são reclamados por ações correlatas à habitação, verifica-se que quase na totalidade dos conflitos a parte reclamada é o Estado, tanto com relação à regulação da terra, quanto à produção de moradia, este contexto é prova concreta da ineficácia da política habitacional adotada no município, ou, ainda, da adoção de políticas de produção da cidade para usuários solváveis, ou seja, priorizando os interesses do capital em detrimento do bem estar social. (VAINER, 2011; FIX, 2009; SÁNCHEZ, 2001)

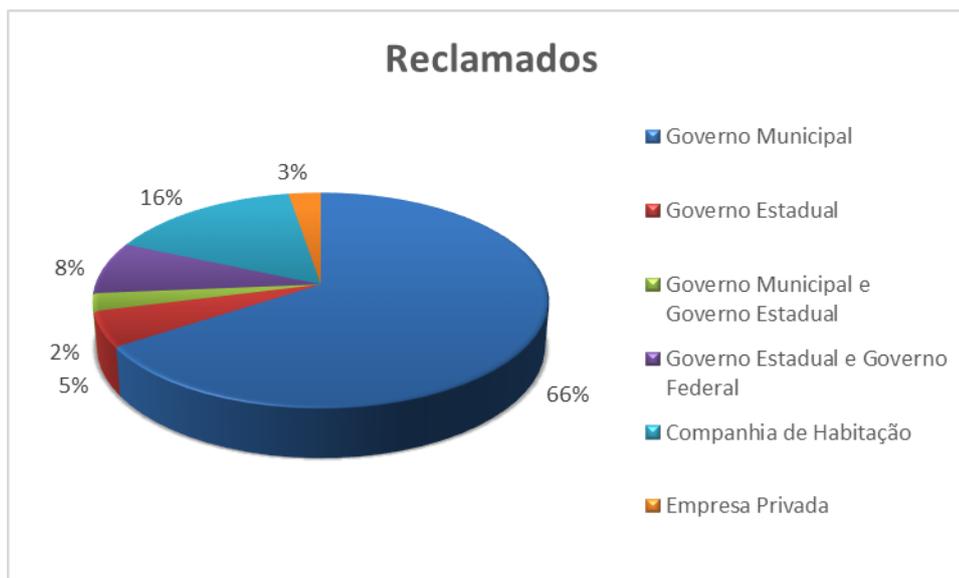


Figura 2: Reclamados nos Conflitos
 Fonte: Os autores, 2016

Apesar do grupo identificado como “Movimento de Moradia e Sem-Teto” apresentar maior participação entre os agentes reclamantes, é preciso ressaltar que as notícias utilizadas como fonte de pesquisa nem sempre caracterizam precisamente os agentes. Foram realizadas inferências a partir da localização, do objeto e da forma de manifestação, quando os protestos evidenciaram estar relacionados ao mesmo conflito, mas ainda assim, em outros casos, a pesquisa ficou limitada a informações reportadas pelos veículos de comunicação.



Figura 3: Reclamantes nos Conflitos
 Fonte: Os autores, 2016

No que se refere ao repertório das manifestações, em grande maioria se destaca a utilização do espaço público para reivindicação das pautas dos agentes reclamantes. Também se observou maior diversificação entre as formas de manifestação dos Movimentos de Moradia e Sem-Teto que realizaram desde ações de ocupação de prédios ou terrenos até audiências com representantes de governo ou divulgação de cartas e manifestos.



Figura 4: Manifestações dos Conflitos
Fonte: Os autores, 2016

Mas também é importante destacar que a ocupação de prédios e terrenos é uma das formas mais utilizadas por Movimentos de Moradia e Sem-Teto, especialmente quando se compara com os repertórios mais utilizados por outras categorias de agentes, como se observa na Figura 5.

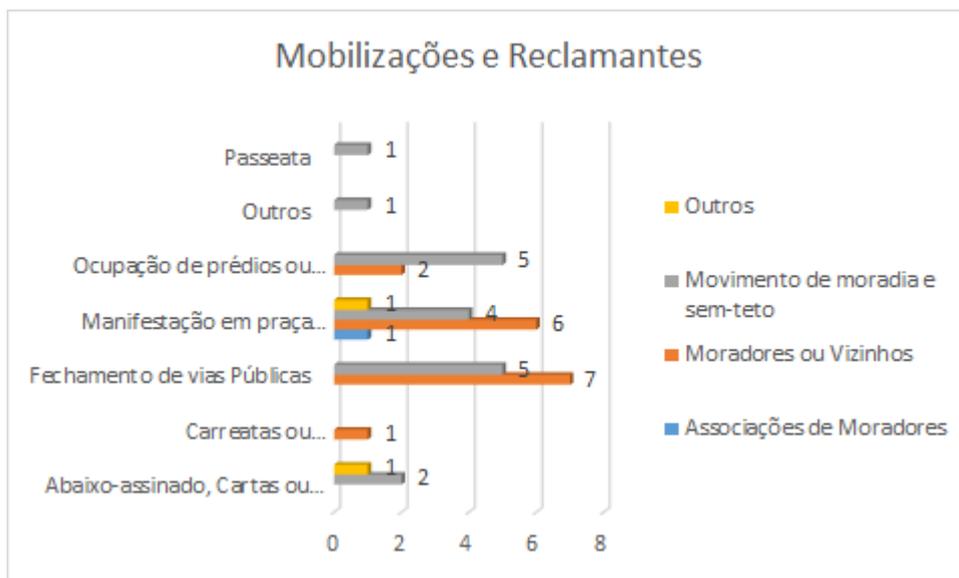


Figura 5: Forma de Manifestação dos Conflitos por Categoria de Agente Mobilizado
 Fonte: Os autores, 2016

Na figura 6, é possível observar a concentração da origem das manifestações em regiões periféricas, especialmente na porção sul da Região Metropolitana, caracterizada por, também, concentrar parte importante dos espaços informais de moradia (SILVA, 2014) e, concomitantemente, por ser ocupada homoganeamente pelos setores populares operários³. Em Curitiba, a excepcionalidade das ocupações de prédios abandonados nas áreas centrais, fenômeno mais comum em outras grandes metrópoles brasileiras, também ajuda a explicar essa distribuição espacial. Vale ressaltar que, embora a origem do conflito tenha lugar, majoritariamente, na periferia, as manifestações têm seu lugar de maior expressão no centro da metrópole, onde alcançam maior visibilidade.

³ Conforme Tipologia Socioespacial (Deschamps, 2014, p. 195).

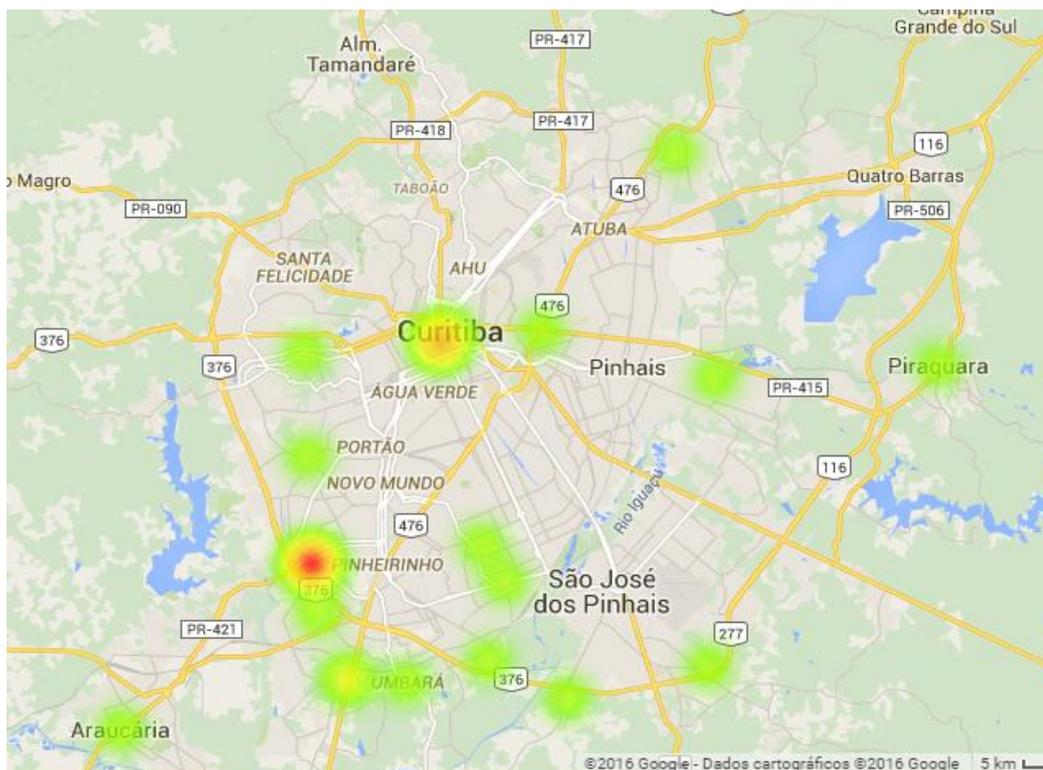


Figura 6: Origem dos Conflitos
 Fonte: Os autores, 2016

Os dados sobre as manifestações por moradia em Curitiba permitem apontar algumas conclusões preliminares. Em um quadro de negação do direito à moradia, os movimentos sociais (categorizados neste trabalho como Movimentos de Moradia e Sem-Teto), constituem-se um dos principais atores coletivos na reivindicação e luta por direitos. A diversificação das pautas, que envolvem produção habitacional, aluguel social, regularização fundiária, associada a diversificação das formas de manifestação, que decorre desde a incidência direta no espaço do conflito (no caso das ocupações), como também através de instancias institucionais, podem indicar a maior capacidade de: (i) definição dos interesses objetivos específicos dos agentes (ii) leitura da realidade, identificação e análise das dificuldades, oportunidades, riscos e estratégias de ação política e (iii) mobilização para ação. Esses aspectos são centrais nas relações de poder (FARIA, 2004) e devem ser exploradas em futuros estudos que procurem aprofundar a compreensão sobre a atuação dos movimentos por moradia em Curitiba.

Nos repertórios de ação, o fechamento de vias públicas e a manifestação em praça pública são as formas de expressão mais recorrentes, principalmente entre os atores coletivos não organizados em Movimentos Sociais.

Finalmente, a constatação de que as instancias do governo são os principais agentes reclamados, indicam que a moradia é percebida como direito social e obrigação do Estado, apesar da sistemática limitação em termos de programas e políticas públicas no atendimento das camadas populares para o provimento de novas unidades habitacionais. O questionamento da apropriação da terra, é, também, um dos aspectos centrais. A reivindicação da produção pública de habitação e da regularização fundiária remetem para a esfera do Estado as lutas por moradia que, constituintes das relações de reprodução biológica e da força de trabalho, se estabelecem a partir de uma importante mediação nas relações sociais de produção. A moradia, atualmente produzida pela autoconstrução e espoliação do trabalhador, é reivindicada como uma espécie de “salário social”, financiado pelo fundo público. Futuras investigações sobre a compreensão dos movimentos sociais em relação à mediação estabelecida, pode elucidar aspectos importantes das formas de organização e expressão da conflitualidade.

Referências

- Barreira, I. A. F. (2010). Cidade, atores e processos sociais: o legado sociológico de Lúcio Kowarick. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25 (72), 149-159, Fev. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092010000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 jul. 2016.
- Bourdieu, P. (2013). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- Deschamps, M. V. (2014). Região Metropolitana de Curitiba: estrutura social e organização social do território. Em: Firkowski, O. L. C. F., Moura, R. (orgs.) *Curitiba: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles.
- Faria, J. H. (2004). *Economia Política do Poder*. Curitiba: Juruá, 2004.
- Fix, M. (2009). Uma ponte para a especulação: ou a arte da renda na montagem de uma "cidade global". *Cadernos CRH*, Salvador, v. 22 (55), 41-64, Abr. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 jul. 2016.
- Harvey, D. (1982) Labour, Capital, and Class Struggle Around the Built Environment in Advanced Capitalist Societies. Em GIDDENS, A.; HELD, D. (org). *Class, Power, and Conflict: classical and Contemporary Debates*. Berkley and Los Angeles: UCPress.
- Harvey, D. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005

- Kowarick, L. (2000). *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- Lefebvre, H. (2007). *The Production of Space*. Malden: Blackwell, 2007.
- Oliveira, F. (2006). *O Vício da Virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil*. Novos Estudos - CEBRAP, São Paulo, n.74, p. 67-85, 2006.
- Sánchez, F. (2001). A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 16 (16), 31-50, 2001.
- Silva, M. N. (2014). Produção dos espaços informais de moradia e tendências de organização socioespacial do território na metrópole de Curitiba. Em: Firkowski, O. L. C. F., Moura, R. (orgs.) *Curitiba: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles.
- Tilly, C.; Wood, L. (2009). *Los Movimientos Sociales, desde sus orígenes a Facebook*. Barcelona: Ed. Crítica, 2009.
- Vainer, C.; Câmara, B. P. (2011). Ler e Comparar as Cidades a partir de seus Conflitos. In: *Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR - Quem Planeja o Território? Atores, Arenas e Estratégias*. Rio de Janeiro: ANPUR.
- Vainer, C. (2011). Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: *Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR - Quem Planeja o Território? Atores, Arenas e Estratégias*. Rio de Janeiro: ANPUR.